

Desafios da agricultura familiar – ameaças e oportunidades

Irineu Berezanski

Agricultura familiar no Brasil, segundo dados do Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO, representa 85,2% do total dos estabelecimentos rurais. Estes agricultores possuem 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional. Demonstra-se que há boa eficiência produtiva neste sistema. Há muito se tinha que a agricultura familiar era tão só atividade de subsistência. Isto não é verdade, pois a agricultura familiar é responsável por produtos para o mercado interno e também para o mercado externo. Os dados do Incra/FAO mostram que, do valor bruto da produção agropecuária nacional, 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos, 40% das aves e ovos, 72% da cebola, 97% do fumo, 49% do milho, 67% do feijão, 84% da mandioca, 32% da soja, 31% do arroz, 58% da banana, 27% da laranja, 25% do café e 47% da uva são produzidos nos estabelecimentos da agricultura familiar.

No Estado de Santa Catarina a agricultura é tipicamente familiar, pois 90,5% do total dos estabelecimentos rurais se enquadram neste sistema. Os agricultores familiares deste Estado possuem 60% da área agrícola e respondem por nada menos do que 71,3% do valor bruto da produção agropecuária catarinense.

A preocupação com a agricultura familiar, nos últimos anos, vem ganhando força e, conseqüentemente, ocupando o seu espaço nas discussões que envolvem desenvolvimento. Os

debates em torno deste sistema visam produzir propostas de modelos que possibilitem a melhoria de vida dos pequenos agricultores. No entanto, observamos, na prática, propostas que sublinham com veemência a produção no campo, deixando em segundo plano o cuidado de olhar que neste espaço vivem pessoas. Muitos dos modelos, que preconizam o desenvolvimento relacionado à agricultura familiar, têm o agricultor como objeto para promover ações e não como objetivo de viver dignamente no espaço rural. Assim assistimos apreensivos a desruralização, efeito percebido e sentido por estes agricultores. Estas pessoas acentuam que não têm renda compatível para uma vida digna e demonstram baixa estima. Estes agricultores, migrantes, vislumbram que as cidades oferecem “condições melhores de vida”. Pois, mesmo com baixa escolaridade formal, percebem que os centros urbanos dispõem de mais oportunidades.

Entre 1996 e 2000, em Santa Catarina, 164 mil pessoas deixaram o campo, ou seja, 13,3% da população rural (IBGE censo 2000). Se admitirmos uma média de cinco pessoas por família, 32.800 famílias abandonaram a área rural em quatro anos. Vale observar que a maior parte dos migrantes é constituída de jovens. Portanto, a agricultura perde também vitalidade, vigor e capacidade de inovar. A propensão em aceitar mudanças demanda tempo e capacitação. Este fator desfavorece o setor, pois com o advento da globalização ganha quem é mais flexível e decide mais rápido. Já as pessoas que vivem na área rural dispõem de muitas informações, porém, poucas decodificadas e aproveitadas com eficácia. Em muitos momentos as informações confundem e desorientam os agricultores, pois são massificadas e desordenadas. São oferecidos muitos caminhos de melhoria de vida rural, mas nem todos mostram

com clareza qual ferramenta, equipamento ou meios necessários devem ser utilizados para transitar com segurança.

O pequeno produtor tem um sistema de comercialização primitivo, praticamente não vende a produção e, sim, entrega o que produz. Observamos que o agricultor sabe produzir, mas não sabe vender. Se pensarmos no consumidor, notamos exigência crescente pela qualidade. O agricultor produz qualidade, mas não vende qualidade. O trabalho de pós-colheita é inadequado; produtos bons são misturados com aqueles de qualidade duvidosa. Desta maneira a produção é depreciada, repercutindo em preço inferior. As opções de serviços (classificação, padronização e pré-preparo) são transferidas para o meio urbano. Isto significa desagregação para o agricultor, e para a sociedade em geral representa maiores custos, pois são transportados materiais descartáveis que muito bem podem ser aproveitados na agricultura como fertilizantes. Os agricultores têm dificuldades de realizar as operações de comercialização direta ao mercado consumidor. Portanto, é necessário criar organizações representativas, fiéis ao propósito destes produtores no mercado. As organizações devem atender a escalas exigidas pelo mercado beneficiário. Os agricultores familiares podem diferenciar sua produção. Podem realizar produção que tenha apelos relacionados a ecologia, etnia, cultura, apelo social e caracterização de paladar. Para isto necessitam desenvolver marketing apropriado. Uma pequena parte destes agricultores poderá partir para a produção customizada, ou seja, fazer produtos demandados por clientes específicos de exigência qualificada. Clientes que compram por estima se reportam ao histórico do produto, à história de

uma determinada região ou a um conceito étnico relacionado ao produto.

O meio rural oferece oportunidades de realizar serviços, principalmente para servir à atividade do turismo. Cabe provocar mudanças aceitando que o rural não é só o local de produção, mas onde podem ser realizados serviços diversos. Podem ser criados empreendimentos que demandem mão-de-obra de diversas qualificações, viabilizando a permanência das pessoas no meio rural. O campo pode assegurar à família oportunidades de industrializar a produção, permitindo realizar agregação de valor aos produtos. Este sistema viabiliza a permanência da moça e do moço na atividade rural, motivados por empreenderem, por terem onde crescer em renda e conhecimento.

A renda oriunda somente do setor agrícola, na propriedade rural, eleva os riscos, pela grande variação que os produtos agrícolas sofrem. Deve-se criar indústrias a fim de diminuir os riscos procedentes. O processo de desenvolvimento de indústrias pode ser feito por pequenos, mas eficientes empreendimentos. Desta maneira haverá estímulo à melhor distribuição de renda e diminuição dos riscos inerentes à atividade. Na criação de uma indústria, toda fase do processo de agregação de valor deve ter ganho (valor adicional), caso contrário, não tem por que fazê-la. Não há possibilidade de sobrevivência para empreendimentos administrados com amadorismo. Não se pode confundir administração de empresas – critério gerencial – com desenvolvimento – critério social e gerencial. O êxito dos agricultores está na educação, na capacitação do uso de ferramentas para tomadas de decisão, visando abrir caminhos mais rápidos para o mercado consumidor.

As oportunidades são aproveitadas quando se faz uso de metodologias que atendam às

necessidades percebidas e sentidas pelas pessoas que demandam. O desenvolvimento destas oportunidades deve obedecer a um processo dirigido que construa ações entre os três setores econômicos: primário, secundário e terciário. Deve ter como objetivo principal motivar e impulsionar uma massa populacional a melhores condições de vida, tanto no aspecto econômico como físico e social. As políticas de desenvolvimento devem ser honestas e contínuas e possibilitar incentivos para trabalhar e produzir. Devem oferecer conhecimento (know-how), deve existir pesquisa (investigação) para buscar

a economicidade do conjunto da unidade familiar, e esse conhecimento deve ser transmitido (extensão rural). Os alcances no desenvolvimento são conseguidos quando se têm grupos de agentes de várias formações, competentes e motivados. Há necessidade de decodificar o que a população necessita e o que o agente pode oferecer. Caso contrário, haverá dificuldades em entender o que ambos esperam.

Irineu Berezanski, adm. emp., Epagri/Fetaesc, C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone/fax: (048) 246-8011, e-mail: bere@epagri.rct-sc.br.

Consórcios intermunicipais – uma inovação do Pronaf/Infra-estrutura em 2002

Carlos Luiz Gandin, Carlos Nery R. Cavalheiro e
Djalma Rogério Guimarães

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – é um programa de parceria entre os poderes públicos municipais, o governo estadual, o federal e a iniciativa privada; é executado de forma descentralizada e nele os agricultores familiares e suas organizações representativas são ao mesmo tempo beneficiários e parceiros, participando na programação, execução, no aporte de recursos, monitoramento e na avaliação das ações.

Como um programa articulado e planejado entre o governo e a sociedade, os beneficiários – agricultores familiares – são sujeito e não objeto das ações. Eles são autores das suas próprias propostas de trabalho e, como participam ativamente do processo, diretamente ou indiretamente através de seus representantes no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR –, com

orientação, capacitação, acompanhamento e monitoramento, ganham auto-estima e saem da condição de passividade para acreditar nas mudanças e melhorias no meio em que vivem e lutar por elas.

As linhas de ação do Pronaf reforçam os valores éticos do desenvolvimento rural sustentável, através de projetos que destacam a transparência nas relações entre os beneficiários do programa. Não menos importante é o zelo pelo meio ambiente. Com cuidados como esse, tais linhas de ação ampliam a credibilidade do programa. Atuando junto aos agricultores familiares e suas entidades representativas, aos técnicos, às lideranças e aos demais agentes do desenvolvimento, estas linhas de ação já estão apresentando seus benefícios para a sociedade.

A linha de ação infra-estrutura e serviços municipais abrange o